TÍTULO: 50 ANOS DAS PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Proponentes:

Texto de apoio

Era 1976, em plena ditadura militar, quando as primeiras associações de docentes (AD) do ensino superior começaram a ser fundadas. Alavancados pelo movimento estudantil e reconhecendo a necessidade de uma reorganização mais orgânica de combate ao autoritarismo de Estado ao qual o Brasil estava submetido, grupos de docentes de algumas universidades iniciaram, ainda em 1975, o processo de construção das primeiras AD. Uma das principais motivações foi o exílio e assassinato de colegas docentes, entre eles, Vladimir Herzog, jornalista e professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP).

A indignação ao assassinato de Herzog motivou um grupo de docentes da USP a resgatar a organização da Associação dos Auxiliares de Ensino – fundada em 1956, representava a categoria das e dos professores não catedráticos. Entre os fundadores da Associação estavam Alberto Carvalho da Silva, Luís Hildebrando Pereira da Silva e Fernando Henrique Cardoso, que declarou ao Jornal da Adusp em março de 1992:

> "Na época, os auxiliares de ensino e assistentes eram, como se dizia, demissíveis *ad nutum*. Não havia garantia que se contrapusesse à vontade do professor catedrático. Nós reivindicávamos a criação de uma carreira (pois o catedrático podia nomear a seu critério o auxiliar de ensino, o 3º, 2º ou 1º assistente) e queríamos que a remuneração, além de mais condigna, fosse relacionada com os degraus da carreira. Achávamos que a estabilidade deveria ser dada ao assistente-doutor, com 10 anos do magistério."

Como se pode depreender da declaração, há 70 anos docentes da USP já estavam organizada(o)s reivindicando melhores salários e estruturação da carreira.

O assassinato de Herzog em 1975 fez com que docentes da USP vissem, portanto, a necessidade da criação de uma entidade que os representasse, que promovesse a integração entre os docentes em diferentes níveis da carreira e que encaminhasse as reivindicações da categoria. Foi nesse contexto que foi criada a Adusp, em 19 de outubro de 1976. Judith Klotzel, primeira mulher a presidir a Adusp – gestão de 1985 a 1987 – declarou ao Jornal da Adusp em 1992:

> "O papel desempenhado pela Adusp, tal como a conheci, destacou-se pela atuação na sociedade civil, com grande liderança na resistência à ditadura, tanto dentro como fora da universidade."

Entre 1976 e 1977, a Adusp teve uma diretoria interina, liderada pelo Prof. Crodowaldo Pavan, que contou com a participação de Domingos Valente, Simão Mathias, Alberto da Rocha Barros, José Jeremias de Oliveira Filho, Milton Santos Campos e Carolina M. Bori. Em 1977, foi eleita a primeira diretoria da entidade, encabeçada por Modesto Carvalhosa, tendo como seu vice Antônio Cândido. Participaram ainda da primeira diretoria eleita da Adusp: Erasmo Garcia Mendes, Carlos Eduardo Baldijão, José Eduardo Martinho Hornos, Gabriel Oselka e José da Rocha Carvalheiro.

Vale destacar que no mesmo ano de 1976, segundo conseguimos apurar, a primeira AD a ser fundada foi a Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista – a Adunesp – em 27 de agosto. Na sequência, em 18 de outubro de 1976, foi fundada a Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina (ADEPM), que passou a se denominar Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Adunifesp) a partir de 14 de novembro de 2000.

As AD criadas durante a ditadura tiveram como motivação o combate ao autoritarismo e à violência de Estado, entendendo que o movimento docente cumpriria um importante papel no processo de redemocratização do país. Em junho de 1978, a Assembleia Geral da Adusp, presidida por Modesto Carvalhosa, deliberou por uma campanha pela "reintegração, na vida acadêmica, dos professores e cientistas atingidos pelos atos de exceção" a ser pensada por uma comissão formada por Eunice Ribeiro Durham, Maria Carolina Soares Guimarães, Jessita Nogueira Moutinho, Antonio Carlos Martins de Camargo, Alberto Luiz da Rocha Barros e Percival Bossig. A denúncia da perseguição a docentes praticada pelo Estado, com anuência de reitores e professores da USP, certamente se caracteriza como uma luta pela redemocratização.

Em fevereiro de 1979, por iniciativa da diretoria da Adusp, foi realizado o 1º Encontro de Associações de Docentes das Universidades Brasileiras que, além dos temas de interesse da categoria, debateu o ensino superior, a luta pela anistia, democratização do país e a criação de uma entidade nacional. Como sabemos, em fevereiro de 1981, em Campinas, foi criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), com uma concepção de independência e autonomia em relação ao Estado, partidos e administrações. Em abril de 1988, a ANDES contava com 70 AD filiadas e cerca de 44 mil docentes.

Vê-se que desde a criação das AD até a transformação da ANDES em Sindicato Nacional em 1989 – após a promulgação da Constituição Federal que retomou o direito à sindicalização do funcionalismo público – docentes do ensino superior se organizaram para além das pautas da categoria, reafirmando sua atuação como entidade classista. Em entrevista ao Jornal da Adusp, Francisco Miraglia, professor do Instituto de Matemática e Estatística da USP que presidiu a Adusp entre 1987-1989 e participou de várias diretorias, relata:

> "A perspectiva da Adusp não é exclusivamente salarial. Ela tem sido chamada a intervir em questões como constituinte, política educacional, LDB, Lei Orgânica para as Universidades, Orçamento do Estado. Nossa entidade é um instrumento fundamental porque é expressão da vontade democraticamente estabelecida e autônoma, em relação aos poderes institucionais, dos docentes da USP".

A história das AD se mistura com a história de lutas por democracia e direitos sociais no Brasil. O trabalho docente, por sua característica imaterial, dá ao sindicalismo da educação contornos distintos do trabalho material resultante do esforço físico de outras trabalhadoras e trabalhadores (ROSSO, 2011)[1]. Por isso, o movimento sindical docente tem vocação distinta da de outros sindicatos. As análises e sínteses que produzimos no cotidiano da entidade podem influenciar as políticas adotadas fora e dentro das universidades, centros federais de educação tecnológica (CEFET), institutos federais e municipais.

---

[1] ROSSO, S.D. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: ROSSO, S.D. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação.** Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 17-27.

Vivemos uma conjuntura política desafiadora, em que perspectivas totalitárias voltaram a nos ameaçar. Somada a tal fato, deparamo-nos com uma desmobilização da categoria docente que, muitas vezes, desconhecem a importância que a organização da categoria teve e tem na garantia de direitos e na manutenção da democracia. É preciso reconhecer, respeitar e valorizar o trabalho das e dos colegas que construíram e constroem as AD e o ANDES-Sindicato Nacional há quase cinco décadas, e fazer com que as novas gerações de docentes conheçam esta história. É papel do ANDES-SN e das seções sindicais garantir que nossa memória esteja viva!

Texto de resolução

O 44º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Que os 50 anos das primeiras Associações de Docentes do ANDES-SN sejam tema de debate na reunião do GTHMD;
2. Que os 50 anos das primeiras Associações de Docentes do ANDES-SN sejam tema de um InformANDES;
3. Que o GTHMD e o Cedoc mantenham esforços para resgatar, recuperar e documentar elementos da história do movimento docente e das seções sindicais do ANDES-SN;
4. Que o Cedoc continue disponibilizando informações sobre a fundação das seções sindicais, atendendo às demandas encaminhadas pelas bases e pelas instâncias do ANDES-SN.
5. Que o Andes-SN, por meio do GTHMD, mantenha uma agenda comemorativa da fundação das seções sindicais.